

ACTA N.º 38/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.31

-----Aos trinta e um dias do mês de Julho do ano dois mil, nesta vila de Bombarral e sala de reuniões do edifício dos Paços do Município, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Bombarral, com a presença do senhor presidente da Câmara António Carlos Albuquerque Álvaro e dos senhores vereadores João Carlos Barreiras Duarte, José Vítor Ribeiro Silva, Manuel Quintino Filipe Silva, Luis Alberto Camilo Duarte, Amílcar António Santos e Armando Salvador Maia da Fonseca.-----

-----Secretariaram a reunião o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira em regime de substituição Sérgio Manuel Silva Duarte e o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira.-----

-----Pelas 16.30 horas, o senhor presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1521. RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** Do dia 2000.07.31:-----
- | | |
|-------------------------------------------------|-----------------|
| Caixa Geral de Depósitos..... | 44.319.112\$00 |
| Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Bombarral... | 4.130.071\$50 |
| Banco Totta & Açores..... | 5.401.789\$00 |
| Banco Português do Atlântico..... | 7.294.443\$50 |
| Crédito Predial Português..... | 1.453.330\$00 |
| Banco Comercial Português..... | 1.615.684\$50 |
| Banco Pinto & Sottomayor..... | 721.853\$00 |
| Banco Nacional de Crédito Imobiliário..... | 35.181.899\$00 |
| Depositado em instituições de Crédito..... | 99.753.488\$50 |
| Em cofre..... | |
|Numerário..... | 34.190\$50 |
|Cheques..... | 80.965\$00 |
| Total de disponibilidades..... | 123.630.030\$00 |
| Documentos..... | 3.751.138\$50 |
| Total..... | 103.619.782\$50 |
| Operações Orçamentais..... | 15.541.488\$50 |
| Operações de Tesouraria..... | 84.327.155\$50 |
- 1522. PAGAMENTOS:** Foi tomado conhecimento da relação dos pagamentos efectuados durante o período de 2000.07.24 e 2000.07.28 no montante de 54.481.590\$00.-----
- 1523. ACTA N.º 37/2000:** Depois de lida e introduzidas pequenas correcções, foi deliberado por unanimidade aprovar a acta número 37/2000 da reunião ordinária de 24.07.2000.-----
- DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----
- 1524. DEFESA DA HONRA:** O senhor presidente da Câmara declarou que: “a declaração lida na anterior reunião pelo senhor vereador Amílcar Santos e no caminho de idênticas atitudes anteriores é inqualificável, pela falsidade que insinua, pela calúnia e pelo ressentimento que deixa transparecer. Como alguém disse um dia «por detrás de um ressentimento está sempre o prenuncio de culpa e um certo temor da responsabilização». Assim quanto ao enquadramento dos investimentos a financiar no III Quadro Comunitário de Apoio conforme plano de actividades para 2000, o senhor

ACTA N.º 38/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.31

vereador sabe ser verdade pelas informações que foram distribuídas, que são os seguintes elementos: -----

| Designação | Valor total | Comparticipação | Invest. CMB | Situação |
|----------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|---------------------------------|
| Parque de Campismo e Miradouro do Picoto | 84.700.000\$00 | 32.500.000\$00 | 52.200.000\$00 | Em curso |
| Modernização Administrativa | 48.509.000\$00 | 24.254.500\$00 | 24.254.500\$00 | Em curso |
| Área de Actividades Económicas | 100.000.000\$00 | 65.000.000\$00 | 35.000.000\$00 | Espec. em concurso |
| Variante à Zona desportiva | 100.000.000\$00 | 65.000.000\$00 | 35.000.000\$00 | Adjudicada |
| Rede de esgotos das Gamelas(a) e Delgada (b) | 88.000.000\$00 | 57.200.000\$00 | 30.800.000\$00 | (a)Adjudicada (b) A Concurso |
| Reforço de abastecimento de água, novos depósitos e conduta adutora. | 84.000.000\$00 | 54.600.000\$00 | 29.400.000\$00 | Adjudicada |
| TOTAL | 505.209.000\$00 | 298.554.500\$00 | 206.654.500\$00 | |

-----O senhor deliberadamente escamoteou a verdade, pois confunde as candidaturas já apresentadas no corrente mês de Julho e relativas ao eixo 1 – apoio ao investimento de interesse municipal e intermunicipal – medida 1 – acessibilidades e equipamentos (variante à zona desportiva e acesso ao centro de saúde); medida 2 – valorização ambiental e patrimonial – reforço do abastecimento de água e parte da nova conduta adutora, construção da rede de esgotos nas Gamelas e Delgada e a criação da medida 5 – valorização territorial. Ora como o senhor vereador sabe porque eu informei esta medida só foi criada por exigência por nós efectuada como forma de tratar e requalificar os centros urbanos das sedes de concelho. Quanto ao propalado receio de perder verbas o senhor vereador sabe a verdade ou seja por virtude do arranque tardio do III Quadro Comunitário devido ao retardamento da sua assinatura nos órgãos comunitários a despesa deste ano desliza e acumula com o de 2001, pelo que não existe qualquer perigo, como o demonstra o aproveitamento das verbas do II Quadro Comunitário. Quanto ao recurso a empréstimos o senhor vereador sabe que só em 1998 é que foram aprovados empréstimos que contribuem para o aumento do endividamento do município no montante de 159.958 contos para o seguinte: 20.529 contos contraídos em 25.03.1998 para pagamento à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Bombarral; e 139.429 contos para pagamento dos investimentos da piscina municipal; estrada municipal Sobral do Parelhão / Salgueiro / Barrocalvo / limite do concelho de Óbidos, cruzamento do Sanguinhal / Portela / limite do concelho do Cadaval, Senhor Jesus do Carvalhal / A-dos-Ruivos / limite do concelho do Cadaval; E.T.A. do Pó (parte) e nova conduta adutora (1.ª fase), total dos investimentos cobertos – cerca de 586.330 mil contos. Ao referir que o empréstimo é aberto significa que o mesmo pode ser utilizado noutras obras do III Quadro Comunitário de Apoio que entretanto se iniciaram, pois as obras indicadas no princípio da declaração são obras já adjudicadas ou em fase de concurso como é o caso dos esgotos da Delgada. O

ACTA N.º 38/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.31

senhor vereador sabe que este empréstimo só pode ser utilizado para os fins e obras do III Quadro Comunitário e que constam em Plano de Actividades devidamente orçamentadas para 2000 / 2001. Por último refiro senhor vereador que não consegue disfarçar o seu nervosismo pelo evoluir da situação que despoletou e continua a alimentar e que de facto é ilustrado pelas últimas questões levantadas e identificadas de venda do edifício onde esteve instalada a I.T.A.A.L. bem como os equipamentos que a Câmara havia adjudicado em tribunal. Ora como é público porque consta de documentos aprovados propus que a venda fosse feita em conjunto e pelo montante de 70.000 contos, porém o senhor vereador tudo fez para que se separasse a venda do edifício e os equipamentos. Quanto à venda do imóvel ele estava avaliado no montante de 50.000 contos e foi vendido em hasta pública por 65.000 contos, faltando ainda vender os equipamentos. No que toca aos trabalhos a mais e porque o senhor vereador tem informações que lhe distribui digo apenas o seguinte: a) na piscina municipal que foi ampliada em relação ao primeiro projecto e passou a 25 metros teve um acréscimo de custos de 49.651 contos que foi devidamente aprovado, pela Câmara – valerá a pena perguntar à população se serão melhor satisfeitos os propósitos e serviço prestado desta forma ou se seria melhor ter apenas um tanque de aprendizagem; b) quanto à E.T.A. do Pó o processo de tratamento foi alterado e custou mais 31.686 contos, ou seja, no projecto inicial previa-se o tratamento pelo método de descalcificação e foi substituído pela descarbonatação. Também esta alteração foi aprovada pela Câmara. O diferencial em falta diz respeito a quantidades de trabalhos a mais pedida aos sub-empregueiros que executaram os projectos das estradas antes referidas e mais a estrada da Roliça / Pó , pavimentação do circuito pedonal da escola primária de Bombarral, alargamento da estrada da Saimouca e pavimentação nas povoações da Delgada, Portela, São Mamede, Sanguinhal e Vale Covo. Para avaliar da prestação efectuada saber da resultante da utilidade, talvez devêssemos perguntar aos habitantes dessas povoações se ficaram melhor servidos com os trabalhos executados ou se apenas tivéssemos executado os projectos iniciais. De quanto referi apenas ressalto a responsabilidade das suas acusações, as torpes insinuações e a calúnia perpetrada, as quais evidentemente terão o seu tratamento. ” -----

- 1525. HOSPIARTE:** “Havendo sido manifestado interesse na presença do Dr. Mário de Carvalho na reunião de hoje para aprofundar a deliberação relativa à firma HOSPIARTE, informo que devido à circunstância deste jurista se encontrar de férias, apenas estará disponível a partir de 16 de Agosto, pelo que irei solicitar a sua presença na primeira reunião que se realizar após aquela data.” -----
- 1526. III QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO:** Informou o executivo que esteve presente em Santarém numa reunião que contou com a presença do senhor Primeiro Ministro e do senhor Ministro da Agricultura para a divulgação do programa operacional da agricultura e desenvolvimento rural relativo ao III Quadro Comunitário de Apoio. Na próxima reunião distribuirá cópia da documentação recebida. Entretanto assinalou como assumindo particular interesse a medida 7 porque contempla a valorização ambiental e o património rural. -----
- 1527. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA:** Informou o executivo que aquando da realização da última reunião na A.M.O. foi entregue o estudo de viabilidade do sistema

ACTA N.º 38/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.31

de abastecimento de água em alta aos municípios que integram esta associação, tendo feito entrega de cópia da mesma na Divisão dos Serviços Urbanos, porque tem que haver análise a remeter num determinado prazo. Muito embora ainda não tenha chegado à A.M.O. a deliberação da Câmara Municipal de Caldas da Rainha havia a informação que a mesma tinha aprovado a sua adesão ao sistema de águas e ao sistema de despoluição da concha de São Martinho e tinham tomado a decisão em relação à Lagoa de Óbidos a deliberação para preservar a propriedade da E.T.A.R. de Caldas da Rainha, mas ainda não havia conhecimento do conteúdo exacto da deliberação. -----

1528. RUA MOINHO DO CORVO: Informou o executivo de que na sequência da reclamação apresentada contra o senhor António José Rosa Rafael, reuniu na passada sexta feira com os queixosos, com o reclamado, com representantes do centro de saúde e da delegação de Caldas da Rainha do Ministério do Ambiente, tendo na ocasião sido efectuada uma visita ao local, não se tendo constatado a existência de estufas ou de elementos que permitam comprovar a reclamação.-----

1529. E.D.P.: Informou o executivo de que decorreu uma reunião com o director do centro de distribuição da E.D.P. de Caldas da Rainha com o objectivo de procurar fazer o levantamento das necessidades de trabalhos em termos futuros de novas zonas e melhoria da iluminação nalgumas artérias da vila e outras povoações do concelho. Relativamente à Rua Veríssimo Duarte e demais questões que se prendem com a alimentação do novo P.T. para abastecimento do novo edifício da C.C.A.M.B. sugeriu uma reunião tripartida (E.D.P., Câmara Municipal e C.C.A.M.B.).-----

1530. REUNIÕES DE CÂMARA EM AGOSTO: Informou o executivo de que tenciona marcar em Agosto apenas as reuniões públicas nos dias 07 e 21 daquele mês.-----
-----Os senhores vereadores Manuel Quintino e Amílcar Santos informaram que por motivo de férias não estarão disponíveis na primeira quinzena de Agosto.-----

1531. A8 – PORTAGENS TORRES VEDRAS / BOMBARRAL: Deu conhecimento ao executivo da chegada de um fax do I.E.P. a informar que a partir do dia 07 de Agosto será retomada a cobrança de portagens no lanço Torres Vedras / Bombarral da A8, tendo esta decisão decorrido do facto de se encontrarem concluídas as obras de beneficiação da E.N. 8 no lanço que serve de alternativa à A8. Irá dar instruções aos serviços municipais para sempre que possível utilizem a E.N. 8 e não a A8. -----

AUSÊNCIAS: Pelas 17.30 horas ausentou-se da reunião o senhor vereador João Carlos Duarte. -----

DO SENHOR VEREADOR JOSÉ VÍTOR SILVA:-----

1532. ESTÁDIO MUNICIPAL: Uma vez que soube que esta semana o senhor presidente da Câmara esteve reunido com o Dr. Mário de Carvalho, e dado que na acta hoje aprovada o senhor presidente da Câmara diz que ia abordar a questão do estádio municipal, solicitou informações sobre esta matéria. -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que foi uma das questões entregues ao Dr. Mário de Carvalho para fazer o acompanhamento jurídico. Depois das férias irá ser instaurado o processo de expropriação.-----

-----O senhor vereador José Vítor Silva disse que seria conveniente que o senhor presidente da Câmara comesse a pensar em alternativas de financiamento daquela obra porque a Câmara Municipal não tem possibilidades de suportar a totalidade da

ACTA N.º 38/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.31

- mesma.-----
- 1533. PLANO DIRECTOR MUNICIPAL:** Questionou o senhor presidente da Câmara sobre o estado da alteração ao P.D.M., uma vez que soube a semana passada que vários municípios já estão na fase terminal da revisão dos respectivos P.D.M.'s. -----
-----O senhor presidente da Câmara respondeu que pediu à senhora arquitecta municipal para elaborar uma informação a fim de que o executivo possa deliberar visando simultaneamente a compatibilidade entre a alteração em curso e o início do processo de revisão do P.D.M.. -----
-----O senhor vereador José Vítor Silva lamenta a actual situação da revisão do P.D.M.. Nestas decisões de alcance a médio / longo prazo e no Bombarral anda-se um pouco há vontade dos técnicos. Ou existe negligência ou existe falta de vontade política o que tem de ser esclarecido. -----
- 1534. III QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO:** Na sequência da apresentação no início do ano de um mapa resumo de alguns investimentos no sub-programa I, solicitou esclarecimentos ao senhor presidente da Câmara sobre o III Quadro Comunitário de Apoio.-----
-----O senhor presidente da Câmara respondeu que o mapa referido foi um primeiro mapa elaborado pelos serviços segundo as respectivas normas em função da apreciação na unidade de gestão. Esse enquadramento sofreu reajustamentos e cortes de verbas. Essa primeira relação deve ser reanalisada e reenquadrada com base nos últimos mapas.-----
-----O senhor vereador José Vítor Silva referiu que pela primeira vez está a ter conhecimento de que houve um corte nas verbas, pelo que pergunta quais os critérios desses cortes. Acha que existe um prejuízo efectivo para o Bombarral, pelo que se for necessário não se importa de votar uma moção para que a A.M.O. corrija os pressupostos de redistribuição de verbas pelos respectivos concelhos.-----
PRESENCAS: Pelas 17.50 horas regressou à reunião o senhor vereador João Carlos Duarte.-----
-----O senhor vereador José Vítor Silva recomendou ao executivo que se aprove uma moção a levar ao presidente da A.M.O. a contestar esta distribuição das verbas porque um dos objectivos dos quadros comunitários de apoio é criar homogeneidade, e se os concelhos menos ricos continuarem a receber menos dinheiro, o fosso será cada vez maior. -----
- 1535. ORDENS DE PAGAMENTO:** Requereu cópia das ordens de pagamento 2075 e 2080 pagas à firma L.M.P. – Luis Martins Produções.-----
- 1536. XVII FESTIVAL DO VINHO PORTUGUÊS:** Solicitou resposta às questões colocadas a semana passada sobre o XVII Festival do Vinho Português e cópia do ofício remetido ao senhor Ministro da Agricultura. -----
-----O senhor presidente da Câmara fez entrega ao senhor vereador José Vítor Silva de cópia do convite enviado ao senhor Ministro da Agricultura. -----
DO SENHOR VEREADOR LUIS DUARTE:-----
- 1537. ALCATROAMENTOS NO CONCELHO:** Reavivou a sua grande preocupação por estar a passar o Verão e por aquilo que são os compromissos da autarquia e as expectativas criadas nas populações em termos de alcatroamentos ainda não se ter iniciado. -----

ACTA N.º 38/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.31

- O senhor presidente da Câmara respondeu que está a desenvolver esforços para procurar obter financiamento e a calendarização junto da empresa fornecedora de massas para que se possa conciliar e ultrapassar as questões. A periodicidade do plano vai assentar naquilo que está em Plano de Actividades.-----
- 1538. ESTÁDIO MUNICIPAL:** “Apesar deste assunto já ter sido abordado, como vereador do pelouro do desporto quero mais uma vez transmitir a minha grande preocupação pela forma como este processo está a ser desenvolvido. Se o senhor presidente da Câmara o entender estou totalmente disponível para agarrar este processo, quer na parte que diz respeito à família Matos Silva, quer na parte envolvente das abordagens institucionais.” -----
- O senhor presidente da Câmara respondeu que “quanto á questão que coloca e como tive oportunidade de referir, nos termos da deliberação tomada pelo executivo vou diligenciar para o culminar do processo inclusivé através de expropriação.”-----
- DO SENHOR VEREADOR ARMANDO SALVADOR:-----**
- 1539. PLANO DIRECTOR MUNICIPAL:** “Solicito ao senhor presidente da Câmara que nos apresente ideias globais para a revisão alargada do Plano Director Municipal. A revisão do P.D.M., mas uma revisão com ideias, com projectos, é uma das acções prementes deste executivo. Espero que V.Ex.^a agende o assunto, de forma a podermos ter reuniões construtivas com técnicos, dando ideias, sem complexos, para bem deste concelho e das suas gentes.” -----
- 1540. XVII FESTIVAL DO VINHO PORTUGUÊS:** Relativamente ao convite dirigido ao senhor Ministro da Agricultura, referiu ter pertencido a organizações amadoras e os convites aos membros do governo eram efectuados com pelo menos dois meses de antecedência e não uma semana antes como sucedeu com o XVII Festival do Vinho Português, já que o convite foi enviado a 13 de Julho (sexta-feira) quando a inauguração era no dia 22 de Julho. Referiu que para a Feira Nacional da Pêra Rocha que se inicia no dia 11 de Agosto já recebeu um convite com a indicação da presença do senhor Ministro da Agricultura na respectiva inauguração. -----
- 1541. REUNIÕES DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DO OESTE:** “Considero que as reuniões deviam ser preparadas, pelas pequenas autarquias, fora das reuniões oficiais, mas sim em reuniões privadas, articulando as decisões a tomar em conjunto nas reuniões da A.M.O.” -----
- DO SENHOR VEREADOR MANUEL QUINTINO:-----**
- 1542. HOSPIARTE:** “Mantive, até à aprovação da acta anterior, que hoje ocorreu, a esperança de que uma réstia de bom senso viesse a iluminar a cabeça do senhor Albuquerque Álvaro e o levasse a retirar a descabida declaração de voto. Infundadas esperanças. Não posso deixar de registar o meu profundo repúdio por tal facto porque: 1. dispus-me a fazer aquilo que compete ao presidente. Conciliei boas vontades, lutei contra outras menos boas e, sem interesse e sem nada lucrar com isso a não ser a satisfação do dever cumprido, apresentei uma solução, solução que tinha o pressuposto de ser bem acolhida pelas quatro partes envolvidas: HOSPIARTE, POMBO & FERREIRA, Câmara Municipal e BOMPLAS. 2. O senhor presidente, à sua habitual maneira não mexeu uma palha para a resolução de um problema que ele criou; nunca, durante este percurso, colocou qualquer objecção às minhas diligências. Agora, despropositadamente, vota contra e ameaça impugnar a deliberação da

ACTA N.º 38/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.31

Câmara. Isto chama-se não fazer nem deixar fazer. Não resolve nem deixa resolver. Seria curial que um presidente de Câmara, ao tomar tal atitude, tivesse uma outra solução para o problema. Mas nada. Não tem qualquer solução. Irei aguardar serenamente o desenvolvimento deste processo e, oportunamente, não deixarei de tomar uma posição pública.” -----

- 1543. XVII FESTIVAL DO VINHO PORTUGUÊS:** “Quero deixar registado que na passada sexta feira à noite ao chegar a casa deparei com um convite para o 1.º jantar do Festival do Vinho que tinha decorrido dois dias antes. Estive na segunda feira dessa semana até às 01.00 horas na Câmara Municipal e nada me foi informado. Quero deixar registado que quando não me quiserem nalgum lugar, basta dizerem-me, assim não aparecerei. Agora com este tipo de jogadas é que não.” -----
- 1544. VÃO ARQUITECTOS:** “Continuo a aguardar à largas semanas para receber o que pedi: os elementos enviados à Vão Arquitectos e em que data.” -----
-----O senhor presidente da Câmara respondeu que na próxima reunião de Câmara estará na sala o dossier respectivo para o senhor vereador poder consultar. -----
- 1545. PEDIDO DE OFÍCIOS:** Requereu cópia dos ofícios 404 e 406/2000 da firma Vão Arquitectos.-----
- 1546. AV. LUIS HENRIQUES:** “Solicitei cópia deste processo e foi-me presente o projecto. Mais uma vez solicito acesso ao processo da Av. Luis Henriques.” -----
- 1547. SENHAS DE PRESENÇA E AJUDAS DE CUSTO:** “Há cerca de um mês perguntei se tinha havido pressões políticas para retardar o fornecimento desta informação aos vereadores. Como o processo está inexplicavelmente retardado nas mãos do senhor presidente da Câmara, confirma-se esse intencional retardamento e continuamos a não ter acesso à informação solicitada há cerca de 8 meses.”-----
-----Seguidamente o senhor presidente da Câmara distribuiu pelos membros do executivo a informação solicitada. -----
- 1548. ASSUNTOS PROMETIDOS EM REUNIÕES ANTERIORES:** “Para há três semanas foi-nos prometida a calendarização dos alcatroamentos e o estudo das possíveis localizações do futuro tribunal. Há três semanas foi-nos feita a promessa para há duas semanas. Há duas semanas foi-nos feita a promessa para a semana passada. A semana passada foi-nos feita a promessa para hoje e continuamos sem nada.” -----
- 1549. MURO E CONSTRUÇÕES CLANDESTINAS NO PÓ:** “Mais uma vez solicito informação sobre o ponto da situação.” -----
- 1550. CEMITÉRIO DO SENHOR JESUS DO CARVALHAL:** “Finalmente, um mês após o meu pedido, foi-me entregue cópia do ofício da firma Torres, Martins & Franca, Lda, em que esta firma declara ter sido obrigada a suspender a obra em epígrafe. A resposta que o presidente da Câmara deu na altura nada tem a ver com o que se pede pelo conteúdo do ofício que devia ter vindo ao conhecimento do executivo.” -----
DO SENHOR VEREADOR AMILCAR SANTOS:-----
- 1551. E.T.A. DO PÓ:** “Há uma questão muito séria que envolve milhares de contos directamente relacionada com esta Câmara e de cujo processo o presidente da Câmara tem sido o principal condutor por virtude do que como todos já sabemos o Chefe da D.T.O.U. ter sido explicito nas informações n.º 39/2000-O.M e 58/2000-O.M.. Assim senhor presidente, nestas circunstâncias e apelando para que a legislação respeitante contratos de empreitadas de obras públicas seja integralmente

ACTA N.º 38/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.31

cumprida por parte da Câmara Municipal e empresa adjudicatária, através de manifestas indicações ou observações que nos termos da lei se impõem à data de 31.07.2000 e decorrido como o foi e expirado que se encontra o prazo contratual da empreitada da E.T.A. do Pó, sendo o processo conduzido e defendido por si pergunto que medidas já tomou desde Fevereiro deste ano e até ao dia de hoje na legítima defesa do cumprimento da lei e na legítima defesa do interesse público e municipal no estrito cumprimento da lei. Aguardo uma resposta objectiva sobre as questões que lhe coloquei.” -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “como é do conhecimento de todos, a melindrosa e delicada obra de construção da E.T.A. do Pó, foi objecto desde sempre das minhas preocupações e das medidas adequadas tendentes ao cumprimento do que estava estabelecido em termos contratuais. Como tem conhecimento o andamento da obra teve condicionantes, nomeadamente quanto à linha de alimentação de energia e o respectivo furo. No que toca à linha de alimentação foram evidentes a minha preocupação e esforço tendo no local tido reunião com responsáveis da E.D.P. para prosseguimento da obra. Quanto à questão que refere no cumprimento da lei, na salvaguarda dos interesses do município, concerteza tudo será desenvolvido para que a Câmara Municipal não seja responsabilizada pelos inconvenientes que venhamos a sofrer procedimentos objectivos para procurar enquadramento. Concerteza que irei solicitar ao Chefe da D.T.O.U. o respectivo enquadramento das responsabilidades.” -----

-----O senhor vereador Amílcar Santos declarou que “ficamos hoje a saber que decorridos todos estes meses desde Fevereiro nada foi feito ou seja existem irregularidades na empreitada da E.T.A. do Pó para as quais o presidente da Câmara tem colaborado, o senhor informou-nos hoje, após a minha interrogação, que irá solicitar para que os devidos procedimentos se verifiquem, não sei se o fez por omissão ou por forma deliberada porque como sabe a lei do regime geral das empreitadas de obras públicas impõe prazos para obtenção de respostas, impõe prazos para deliberação do executivo sobre o não cumprimento dos contratos. Resumindo todo o processo assenta em métodos jurídicos desde há muito estabelecidos e de que o senhor desde há muito deve ter conhecimento dos mesmos por virtude de não ser esta a única empreitada ao longo de todos estes anos. Devo referir-lhe que fico mais uma vez transtornado e surpreendido por o senhor na sua resposta às minhas questões ter dado grande ênfase na defesa do empreiteiro mencionando o facto da linha de alta tensão e da construção do novo furo no seu entender que também é o entender da empresa adjudicatária, é estranho mas é verdade ter indicado como estas duas situações e a alteração dos equipamentos na primeira fase como o motivo principal no atraso contratual estabelecido para o arranque e efectivo funcionamento da nova E.T.A.. Já nem lhe pergunto porque já o fiz em anterior reunião, o facto daquela empresa ter recebido com autorização dada pela sua mão 90 mil contos adiantados. Assim se compreende o seu posicionamento em relação a esta empreitada.” -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “relativamente à questão abordada apenas dois breves apontamentos: no que se refere à linha de média tensão, não é nenhum canto da história porque todos sabem que a empresa trabalhou

ACTA N.º 38/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.31

até aos limites tendo sido a E.D.P. quem impôs que não autorizava trabalhos debaixo da linha de média tensão. É no já estafado argumento referido no que toca aos pedidos de adiantamento que estão consignados em lei e que dão a possibilidade aos empresários de outras condições solicitadas ao dono da obra após a prestação das necessárias garantias, a análise e ponderação do pedido foi o que esta empresa fez mas também devo repetir que a satisfação económica do pedido de levantamento solicitado e dado que era uma obra comparticipada pelo programa operacional e pelo INAG no qual a Câmara Municipal tem apenas a responsabilidade de 10% da obra foi apreciado por todas as entidades e mereceu oportunamente o sancionamento completo. Quando o senhor vereador diz que foi pelo meu punho, escamoteou a verdade da questão porque as entidades que comparticiparam a obra apreciaram, decidiram e transferiram para a Câmara Municipal a respectiva quota parte da responsabilidade. Finalizo referindo que é normal alguns empresários nas situações mais diversas e às vezes sem montantes de obra ao nível da E.T.A., é normal solicitarem a apreciação dos donos das obras, o enquadramento e a ponderação dessa situação legalmente permitida. Não foi cometida pelo presidente da Câmara nenhuma ilegalidade nem nenhum favorecimento porque o meu procedimento teve apenas colocação no momento final da estabilização da situação adveniente.”-----

-----O senhor vereador Amilcar Santos declarou que “não há dúvida, presidente Albuquerque Álvaro, que a lei para si só é válida em determinadas circunstâncias. Assim a evoca omitindo o facto de que após ter dado autorização para aquele adiantamento, decorridos 6 meses nada estivesse feito na obra. É pena e é lamentável ouvir estas declarações deste presidente. Já não me surpreendia se as mesmas fossem feitas pelos sócios gerentes da empresa adjudicatária.”-----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “senhor vereador Amilcar Santos, a minha posição no exercício desta responsabilidade é de que como elemento da cadeia de apreciação do sancionamento após a obtenção dos necessários pareceres técnicos e decisões do executivo. Com isto quero significar que o adiantamento foi feito com deliberação de Câmara. Limitei-me como nos outros casos a subscrever o respectivo meio de pagamento.”-----

DO SENHOR VEREADOR JOÃO CARLOS DUARTE:-----

1552. REUNIÕES EM AGOSTO: Informou que está disponível para vir a reunião de Câmara, apesar de na qualidade de vereador a tempo inteiro ir tirar alguns dias de férias. -----

1553. PEDIDO DE INFORMAÇÃO: “Solicito informação sobre os quilómetros, ajudas de custo, telemóveis, subsídios de reintegração, despesas de representação, verbas ilíquidas de vencimentos, de presidentes de Câmara, vereadores em regime de permanência, assessores, adjuntos, secretários, membros da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, nos períodos de 1980 a 1990 e desde 1997 até hoje.”-----

ORDEM DO DIA

1554. OBRAS PARTICULARES:-----

1554.01 CONSTRUÇÃO DE GARAGEM – PROJECTO DE ARQUITECTURA: Apreciado o processo n.º 137/00/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Franklim Filipe Carvalho, datado de 2000.07.11, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de garagem sita na Rua Forno da Telha, vila e freguesia de Bombarral. -----

ACTA N.º 38/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.31

- 1554.02 CONSTRUÇÃO DE MORADIA – PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 121/00/01, iniciado a requerimento apresentado pela senhora D. Maria Judite Costa Ferreira Alves, datado de 2000.07.14, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de moradia unifamiliar sita no lugar de São Mamede, freguesia de Roliça. -----
- 1554.03 INFORMAÇÃO PRÉVIA:** Apreciado o processo n.º 08/00/02, iniciado a requerimento apresentado pela firma Construções Quatro Carvalhos, Sociedade de Construção Lda, datado de 2000.06.05, foi deliberado por maioria com o voto de aprovação do senhor presidente da Câmara e dos senhores vereadores João Carlos Duarte, Luis Duarte e Amílcar Santos, a abstenção do senhor vereador Manuel Quintino e o voto de reprovação dos senhores vereadores José Vítor Silva e Armando Salvador emitir informação prévia favorável para condomínio fechado sito no lugar de São Mamede, freguesia de Roliça, condicionado a: 1) conforme ofício do I.C.E.R.R., o acesso e muro de vedação deve ser solicitado directamente à Direcção de Estradas de Leiria; 2) a ocupação do espaço agro-florestal deverá aguardar a aprovação da alteração em curso ao P.D.M., pelo que só poderá haver loteamento no espaço urbano conforme parecer constante das folhas 38, 58 e 59 do processo. -----
- 1554.04 CONSTRUÇÃO DE MORADIA – PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 114/00/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor António Maria Costa Timóteo, datado de 2000.07.12, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de moradia unifamiliar sita no lugar de A-dos-Ruivos, freguesia de Carvalhal. -----
- 1554.05 INFORMAÇÃO PRÉVIA:** Apreciado o processo n.º 18/00/02, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Mariano da Fonseca, datado de 2000.06.19, foi deliberado por unanimidade emitir informação prévia favorável para a construção de edifício multifamiliar sito na Praça da República, vila e freguesia de Bombarral. -----
- 1554.06 CONSTRUÇÃO DE MORADIA, CÔMODOS E MURO – PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 140/00/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Sérgio António Gomes da Silva, datado de 2000.07.12, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de moradia unifamiliar, cómodos e muro sitos no Casal da Vedona, Bom Vento, freguesia de Carvalhal. -----
- 1554.07 CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO BIFAMILIAR – LICENÇA DE CONSTRUÇÃO:** Apreciado o processo n.º 95/00/01, iniciado a requerimento apresentado pela firma Barreiros & Ferreira, Lda, datado de 2000.07.06, a solicitar licença para construção de edifício bifamiliar sito na Rua de Olivença, vila e freguesia de Bombarral e verificando-se que apresentou os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo prazo de 18 meses. -----
- 1554.08 CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR E ESTABELECIMENTOS – PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo iniciado a requerimento apresentado pela firma H. F. Rodrigues, Construções, Lda, datado de 2000.07.11, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de edifício de habitação multifamiliar e estabelecimentos sito na Av. Inocência Cairel Simão, vila e freguesia de Bombarral, devendo em obra corrigir o patim de acesso aos

ACTA N.º 38/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.31

fogos D e C, figurantes nos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º pisos, devendo este apresentar uma largura mínima de .-----

1554.09 APROVAÇÃO EM MINUTA: As deliberações respeitantes a obras particulares foram aprovadas em minuta para produzirem efeitos imediatos.-----

1555. PROTOCOLO PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ADAPTAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA O TRIBUNAL DE COMARCA DE BOMBARRAL: Presente o ofício n.º 5410, de 2000.07.25, do Ministério da Justiça, com a seguinte proposta de protocolo:-----

-----“O Estado, pelo Ministério da Justiça, e a Câmara Municipal de Bombarral, signatários do presente protocolo.-----

-----Constatando a necessidade de serem criadas condições, mesmo de carácter provisório, para a instalação do Tribunal da Comarca de Bombarral, criado pelo Decreto-lei n.º 186-A/99 que regulamentou a Lei n.º 3/99 de 13 de Janeiro, através da adaptação de um edifício. -----

-----Existindo interesse mútuo na rápida execução das obras que se revelam necessárias para essa adaptação, para o benefício dos utentes, dos funcionários dos serviços e da localidade em geral.-----

-----Resolvem firmar o presente protocolo, elaborado conforme minuta aprovada por despacho da senhora Secretária Geral Adjunta em substituição do senhor Secretário Geral do Ministério da Justiça, de 21 de Julho de 2000, no uso das competências definidas nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e aprovado por despacho do senhor presidente da Câmara Municipal de Bombarral, no uso das competências que lhes estão atribuídas, acordando nas seguintes condições: -----

-----PRIMEIRA: 1. A Câmara Municipal compromete-se a executar as obras de adaptação e beneficiação necessárias do edifício destinado ao Tribunal da Comarca, mediante medições e orçamento aprovados pelo Ministério da Justiça e baseados no estudo de adaptação por este elaborado, e observando as disposições legais que sejam aplicáveis a este caso.-----

-----SEGUNDA: 1. O encargo dos trabalhos referido na cláusula primeira será participado pela autarquia e pelo Ministério da Justiça. 2. O montante a pagar pelo Ministério da Justiça à autarquia nos termos de 1. será de 23.000.000\$00. 3. Na eventualidade de surgirem trabalhos a mais ou imprevistos, que ultrapassem o limite anterior, serão objecto de adicional ao presente protocolo, depois de aprovados por ambos os outorgantes. 4. Os pagamentos a fazer pelo Ministério da Justiça à Câmara Municipal serão processados pela apresentação de nota de despesa do montante dos trabalhos executados, acompanhada de documentos de despesa, conforme a sua natureza.-----

-----TERCEIRA: O encargo decorrente do presente protocolo para o Ministério da Justiça será suportado por verbas do PIDDAC 2000, aprovado por despacho de 14 de Abril de 2000 de Sua Excelência a Ministra do Planeamento. -----

-----O presente protocolo não tem carácter plurianual, exerce todos os seus efeitos após a sua assinatura, não estando sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas por não se enquadrar nos termos previstos no artigo 46.º do Decreto-lei n.º 98/97 de 26 de Agosto.”-----

ACTA N.º 38/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.31

-----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar o protocolo supra transcrito.-----

- 1556. TABELA DE TAXAS E LICENÇAS:** Não tendo sido presente qualquer reclamação ou sugestão durante o período de discussão pública, foi deliberado por unanimidade remeter à Assembleia Municipal a seguinte proposta de alteração ao artigo 61.º da Tabela de Taxas e Licenças: ciclomotores e motociclos – 4.000\$00; veículos agrícolas – 5.000\$00; renovações – 2.000\$00.-----
- 1557. DENÚNCIA DE CONTRATOS DE ÁGUA:** Apreciada a informação n.º 36/00/D.S.U., de 2000.07.14, foi deliberado por unanimidade e em minuta denunciar nos termos do n.º 6 do artigo 101.º do Código de Posturas e Regulamentos Municipais do contrato de fornecimento de água ao seguinte consumidor que tem o abastecimento cortado à mais de dois meses – Nuno Alexandre Santos Duro (Rua de Olivença, 81 r/c – Bombarral).-----
- 1558. TRANSPORTES ESCOLARES:** Atendendo o solicitado por requerimento apresentado pela senhora D. Maria Helena Ferreira Rodrigues, foi deliberado por unanimidade e em minuta suportar as despesas com os transportes escolares de sua filha Lara Raquel Rodrigues Branco, devido às dificuldades económicas que atravessa e que são atestadas pela Junta de Freguesia de Bombarral.-----
- 1559. SECÇÃO DE PESCA DESPORTIVA:** Apreciado ofício do Serviço Social dos Trabalhadores Autárquicos do Município de Bombarral, a solicitar a concessão de apoio para a sua secção de pesca desportiva, foi deliberado por unanimidade e em minuta mandar elaborar protocolo de colaboração para apreciação numa próxima reunião.-----

DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO

- 1560. MISSÃO EMPRESARIAL A MOÇAMBIQUE:** Foi tomado conhecimento do ofício 00703/2000 de 2000.07.21, da Câmara de Comércio Portugal Moçambique, a informar da realização de uma missão empresarial a Moçambique no período de 30 de Agosto a 06 de Setembro.-----
- 1561. JARDIM DE INFÂNCIA DO PÓ:** Foi tomado conhecimento do ofício n.º 1636/00, datado de 2000.07.18, da Guarda Nacional Republicana a informar que os danos materiais no telhado do jardim de infância do Pó terão sido causados pelas máquinas pertencentes à firma Fortunato Pereira & Filhos, Lda.-----

EXTRA ORDEM DE TRABALHOS

DELIBERAÇÕES: Nos termos do disposto no artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi reconhecida por unanimidade a urgência de deliberação imediata dos seguintes assuntos:-----

- 1562. CONTRATAÇÃO A TERMO CERTO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO:** Presente a seguinte proposta subscrita pelo senhor vereador Luis Duarte: “Nos últimos dois anos tem-se verificado um grande incremento da actividade do Museu Municipal de Bombarral, com a realização de inúmeras exposições, recriações históricas em 1999 e 2000, ceia histórica, Serões no Museu, VI e VII Festival da Música, Dia Mundial da Criança de 2000, acções de formação na área da cultura, etc.. Como resultado destes eventos o Museu Municipal de Bombarral é presentemente o centro da actividade cultural do concelho. Considerando a necessidade de manter e até desenvolver a actividade desenvolvida pelo Museu Municipal, existindo já actividades programadas

ACTA N.º 38/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.31

para período posterior ao final do contrato com a funcionária que tem vindo a coordenar a mesma (Outubro de 2000). Considerando a necessidade do Museu Municipal ter um funcionário que possa assegurar a coordenação de toda a sua actividade. Considerando que a morosidade do processo de concurso para provimento do lugar existente no quadro de pessoal da autarquia, não se compadece com o normal funcionamento do Museu. Proponho a abertura de concurso para a contratação a termo certo de um funcionário para a categoria de Assistente Administrativo, para exercer funções no âmbito do Museu Municipal de Bombarral, pelo prazo de 6 meses.”-----

-----Foi deliberado por maioria com a abstenção do senhor vereador José Vítor Silva, o voto contra do senhor vereador Manuel Quintino e o voto favorável dos restantes membros do executivo, abrir concurso pelo prazo de dez dias úteis com publicitação num órgão de imprensa local, para contratação a termo certo pelo prazo de seis meses de um assistente administrativo, escalão 1, índice 190, para exercer funções no Museu Municipal de Bombarral. Júri – presidente o senhor vereador Luis Alberto Camilo Duarte; vogais efectivos – o Chefe da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo eng. Luis Fernando Pereira Mil-Homens e o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira. Vogal suplente – o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira Sérgio Manuel Silva Duarte. -----

-----A avaliação e selecção dos candidatos admitidos a concurso será efectuada através de avaliação curricular e de uma entrevista profissional de selecção. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

- 1563. REUNIÕES DE CÂMARA:** O senhor vereador Amilcar Santos apresentou a seguinte proposta. “sendo o mês de Agosto por excelência na generalidade destinado a férias e como neste mandato se tem verificado que neste mês os assuntos para reunião não são em número que justifique mais que três reuniões, proponho para que as próximas duas a realizar se efectuem a 14 e 28 deste mês, sendo que para o efeito sejam publicitados os editais públicos anunciando a transferência das habituais reuniões públicas para aquelas datas.”-----

-----O senhor presidente da Câmara votou contra a admissão desta proposta.-----

-----Foi deliberado por maioria com o voto contra do senhor presidente da Câmara e o voto favorável dos restantes membros do executivo aprovar a proposta supra transcrita. -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** O senhor presidente da Câmara declarou que. “voto contra a alteração proposta, visto representar a abertura de precedente face ao entendimento unânime que em tempos foi tido. É que quando se colocou a possibilidade de alteração dos dias das reuniões da Câmara, conforme deliberação tomada oportunamente, fomos unânimes em ponderar essa possibilidade, mas mantendo fixas as duas reuniões públicas que se realizam na 1.ª e 3.ª segundas feiras de cada mês.” -----

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

DO SENHOR VEREADOR LUIS DUARTE: -----

- 1564. A8 – PORTAGENS TORRES VEDRAS / BOMBARRAL:** “Apesar de saber que a introdução de portagem paga no troço da A8 entre Torres Vedras e Bombarral, foi um compromisso assumido no processo da luta contra as portagens no I.C.1, não posso

ACTA N.º 38/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.31

deixar de exarar em acta um veemente protesto na medida em que o governo provou recentemente que isto é uma medida discriminatória para o Oeste na medida em que recentemente o Governo lançou na Costa de Prata um troço do I.C.1 com portagens virtuais.” -----

DO SENHOR VEREADOR AMILCAR SANTOS: -----

- 1565. INTERVENÇÃO:** “Empréstimo. Em relação a esta questão o presidente durante a semana recolheu um determinado número de elementos e verbas, faltando-lhe somente e por pouco transpor o plano de actividades para o ano 2000 nas suas declarações em resposta às questões que coloquei nas quais evidenciei que esta pretensão de mais um empréstimo por parte do presidente, mais 145 mil contos para juntar aos 190 mil contos já aprovados por este executivo nos dois últimos anos. É evidente e sou sobejamente conhecido por sempre ter reclamado que esta Câmara e este presidente deveria e poderia fazer muito mais obras, muitas mais de conservação e manutenção nas estradas municipais, repavimentação de troços de estradas nas localidades do nosso concelho e vila inclusivé visto as mesmas se encontrarem em péssimo estado de degradação colocando-se em causa a própria estabilidade daqueles pavimentos. É evidente que nunca me insurji contra o facto de alterações em determinados projectos e empreitadas, bem pelo contrário dei o meu contributo votando favoravelmente aquelas alterações e sugestões como no caso da piscina municipal e E.T.A. do Pó. Agora o que é bem verdade e reafirmo-o mais uma vez de forma clara é o facto inqualificável da teimosia deste presidente e a persistência dele em continuar a enganar-nos e a prova disso são estes dois exemplos clarificadores do que afirmo. É ou não verdade que este presidente que no anterior como no actual mandato, nunca procedeu às medidas reivindicadas partidariamente e recomendadas por este executivo, para reorganização e rentabilização dos recursos financeiros da Câmara Municipal e é bom não esquecer e relembro que esta Câmara Municipal anualmente recebe quase um milhão de contos no conjunto de verbas desde o Fundo Geral Municipal, receitas correntes e taxas municipais. Meus senhores e leitores das actas, este presidente que temos e que nos foi imposto, gere a seu belo prazer como quer e impõe o critério de pagamentos a fornecedores e empreiteiros, faz os melhoramentos municipais a tapar buracos nas estradas municipais, e desta maneira e forma desbarata e esbanja e desperdiça quase um milhão de contos em cada ano e meus senhores já andamos nisto já lá vão quatro anos do anterior e mais dois deste mandato, vejam meus senhores quantos milhões de contos foram geridos por este senhor nestes seis anos, digam-me ou não se este concelho a par daquilo que se está a verificar em Óbidos e Cadaval, poderia e deveria ou não dar um salto quantitativo na expansão do tecido empresarial, propondo e proporcionando oportunidades a quem cá pretenda investir, na qualidade de vida através do ordenamento urbanístico, na revisão do malfadado P.D.M. que desde o anterior mandato foi considerado urgente, é bom lembrar que este presidente através dos processos que lhe são característicos tem-nos imposto, tem obstruído todas as tentativas que os vereadores diligenciaram nestes dois anos para que estes assuntos e processos tivessem a repercussão no tecido social concelhio, que tanto se deseja e que de tão urgente se considerou a nível partidário e na Câmara a nível deste executivo, por todos os vereadores, tendo-se revelado e bem demonstrado nestes dois anos que o retardamento que já lhe é

ACTA N.º 38/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.31

peculiar é da inteira e exclusiva responsabilidade do presidente Albuquerque Álvaro que não só desbarata o valor do dinheiro que esta Câmara recebe anualmente é bom não esquecer que são quase um milhão de contos anuais não são 145 mil que se pretende de empréstimo ou os 190 mil que este executivo já lhe aprovou, o que realmente é relevante é o facto de para se fazerem determinadas obras cujos valores o presidente transcreveu, ou seja, para se realizar obras cuja participação municipal se situa em dezenas de milhares de contos, este presidente se esqueça e tenha a desfaçatez de omitir que durante cada ano lhe são entregues à sua responsabilidade a gestão e guarda de quase um milhão de contos destinados a investimentos municipais e despesas desta Câmara Municipal. Não se compreende nem se aceita porque é de uma irresponsabilidade gritante que este presidente Albuquerque Álvaro, para fazer uns alcatroamentos colocar manilhas para esgotos e outros, tenha que se socorrer de empréstimos, tenha que continuar a endividar-se, então presidente o que é feito dos quase um milhão de contos anuais, será que para si esse dinheirinho tem como prioridade os seus agendamentos de pagamentos a quem o entende? A quem pretende, é ou não verdade que o senhor arquitecto Aboim já recebeu, é ou não verdade que a sucata da ex-I.T.A.A.L. já foi paga, é ou não verdade que muitos dos milhares de contos de trabalhos extra já se encontram pagos e nestes campos tem especial relevo o facto das empresas cá da terra não serem contempladas nestes agendamentos de momento recordo-me de duas com sede no concelho e que há anos aguardam os respectivos pagamentos. Por último presidente Albuquerque Álvaro deixo-lhe esta missiva: é melhor ser ninguém que produz alguma coisa do que ser presidente e não produzir coisa nenhuma.” -----

-----DEFESA DA HONRA: O senhor presidente da Câmara declarou que: “a declaração acabada de ler pelo senhor vereador Amílcar Santos no caminho das anteriores é um rol de futilidades, banalidades e mentiras que apesar de o signatário das mesmas dar mostras de não querer esperar pela resposta informo que terá a resposta adequada que inserirei na próxima acta.” -----

-----Nada mais havendo a tratar pelas 20.20 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme vai ser devidamente assinada nos termos do n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, pelo presidente do órgão e pelo funcionário municipal que lavrou a acta. -----

O Presidente da Câmara:

O Funcionário: